



**DOCAS DO RIO**  
**AUTORIDADE PORTUÁRIA**  
RIO DE JANEIRO PORT AUTHORITY

*Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais*  
*Superintendência de Planejamento e Avaliação*  
*Divisão de Planejamento*

*PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS*  
*E*  
*ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS*

**2011**

*EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*

*1º Semestre*



# ÍNDICE

1 – Valores Aprovados para 2011.....	5
2 – Resumo Técnico-Orçamentário e Recomendações.....	6
2.1 – Situação verificada.....	6
2.2 – Medidas Adotadas.....	6
2.3 – Recomendações.....	6
3 - Descrição da Execução Orçamentária 2011.....	8
Quadro 1.1 – PDG/2011 – Execução.....	8
Quadro 1.2 – PDG/2011 – Usos e Fontes.....	9
3.1 – Recursos.....	10
3.1.1 – Receitas Correntes.....	10
Quadro – Faturamento – 2011.....	11
3.1.2 – Receitas de Capital.....	12
3.2 – Dispêndios.....	12
3.2.1 – Correntes.....	12
Quadro 1.3 – PDG/2011 – Execução por Diretoria e Centro de Custo.....	16
3.2.2 – Orçamento de Investimentos.....	18
3.2.2.1 – Créditos para Investimentos.....	18
Anexo I – Detalhamento dos Dispêndios Correntes.....	19
Anexo II – Acompanhamento Orçamento de Investimentos.....	33
Anexo III – Gráficos - Receitas Correntes.....	53
Anexo IV – Gráficos Dispêndios Correntes.....	59
Anexo V – Projetos de Investimentos em andamento – Fonte Tesouro.....	65



## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PDG / 2011

### 1-Valores Aprovados para o Exercício de 2011

#### Dispêndios

Em R\$

Decreto	PDG	Correntes	Capital (*)	Total
7.375/2010	Dotação Inicial	260.760.488	159.441.124	<b>420.201.612</b>

(\*) Créditos reabertos: Decreto s/nº, de 28/01/2011; Decreto s/nº, de 10/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.

Inicialmente o Decreto nº 7.375/2010 aprovou o PDG para o exercício de 2011 no valor de R\$ 386,0 milhões.

Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 260,7 milhões e R\$ 125,3 milhões, respectivamente.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.381/11 (LOA-11) em 02/03/2011.

O Decreto s/nº, de 28/01/2011; Decreto s/nº, de 10/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011; inscreveu e reabriu em Restos a Pagar créditos relativos a 2010 o valor de R\$ 34,2 milhões, totalizando um aprovado para 2011 de R\$ 420,2 milhões.

#### Receitas

Em R\$

Decreto	PDG	Própria	Tesouro (*)	Total
7.375/2010	Dotação Inicial	298.981.409	127.122.170	<b>426.103.579</b>

(\*) Créditos reabertos: Decreto s/nº, de 28/01/2011; Decreto s/nº, de 10/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.

A Receita Corrente aprovada pelo Decreto 7.375/10 de R\$ 299,0 milhões, foi projetada em abril/10 com base na projeção média anual para 2010 e, atualizada pelo IGP-DI de 4,7%. Nesse valor está considerada a expectativa de aumento de R\$ 41,0 milhões, ainda em 2010, do faturamento no Contrato 54/97 da empresa CSN.

A Receita com recursos do tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi aprovada inicialmente no valor de R\$ 80,0 milhões, representando os investimentos com recursos do tesouro.

O Decreto s/nº, de 28/01/2011; Decreto s/nº, de 01/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011; reabriu créditos inscritos em Restos a Pagar/Fonte Tesouro relativos a 2010, totalizando R\$ 47,0 milhões.

Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST.

## 2 – Resumo Técnico-Orçamentário e Recomendações

### 2.1 – Situação verificada.

O faturamento das Receitas Próprias fechou o semestre com uma execução 11,4% acima do previsto para o período, ocasionado principalmente pelas multas aplicadas aos arrendatários MultiRio e Libra (R\$ 12,5 milhões) e o aumento na movimentação de cargas do Porto de Itaguaí neste semestre de, aproximadamente, 4,0 milhões de toneladas em comparação ao mesmo período de 2010 – aumento de 15%.

No decorrer do exercício, os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo a apropriação do PIS/PASEP e COFINS e o registro dos bloqueios financeiros, pela sua dependência do fechamento contábil.

Foi constatado eminente situação de desequilíbrio orçamentário em virtude de bloqueios judiciais financeiros relativos a contratos de leasing e não previstos no PDG.

Considerando, pelo regime de competência, o montante de recursos disponíveis no período no valor de R\$ 185,3 milhões;

Considerando que, desse montante, R\$ 20,8 milhões referem-se a Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos, apurados como Saldo Financeiro de 2010;

Constata-se, hoje, a incapacidade da CDRJ em garantir a totalidade da despesa empenha (pronta para pagamento) no período, no valor de R\$ 164,3 milhões, apresentando um saldo negativo de R\$ 4,1 milhões.

Os bloqueios financeiros suplantaram o bom desempenho das Receitas Correntes que tiveram um faturamento acima da previsão para o período.

<b>Recursos Disponíveis no ano (Regime de Competência)</b>	<b>185.277.999</b>
<b>(-) Rec Tesouro – Saldo Financ-2010 – vinculado Invest.</b>	<b>(20.894.354)</b>
<b>(=) Recursos Próprios Líquidos</b>	<b>164.383.645</b>
<b>(-) Custeio (Emp) + Inv. Rec. Próprio (Emp) + Amort. Dívida</b>	<b>(168.502.832)</b>
<b>(=) Saldo Orçamentário Atual</b>	<b>(4.119.187)</b>

### 2.2 – Medidas Adotadas:

1 - Mantida a busca pelas áreas, operacional e marketing, quanto a uma perspectiva de entrada de novos recursos;

2 – Encaminhado pedido de contingenciamento de 10% da dotação aprovada para as despesas não-continuadas, a vigorar a partir de jul/2011.

### 2.3 – Recomendações

Recomendou-se o contingenciamento do saldo da “Dotação Aprovada” para emissão de novas reservas com previsão de execução ainda neste exercício, embora constatado não ser suficiente para cobertura dos bloqueios financeiros, porém, com o objetivo de evitar-se um deficit orçamentário maior.

Recomendou-se as Unidades Gestoras (UG) um minucioso planejamento e acompanhamento financeiro/orçamentário das contas sob sua responsabilidade, para o perfeito atendimento das despesas a executar constantes de suas respectivas metas de gestão, informando à SUPLAN/DIPLAN sempre que oportuno ou solicitado, quando da necessidade de execução de despesas não previstas na Programação aprovada, pois o desconhecimento das UGs de suas reais necessidades de dotações é a principal causa de desequilíbrio orçamentário entre recursos de geração própria e os dispêndios correntes.

Recomendou-se a busca pela SUPFIN de metodologia que possibilitasse uma arrecadação mais eficiente dos recursos próprios.

Recomendou-se também, o envolvimento das respectivas unidades gestoras ou geradoras de despesas quanto ao cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas para Companhia, nas quais recai a fiscalização dos órgãos de controle do governo (TCU / CGU / DEST) cobrando justificativas de sua não execução.

Alertou-se que de acordo com as normas gerais de Finanças Públicas e da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a assunção de despesas sem a contrapartida de recursos (valor orçamentário aprovado) que as atendam. E conforme disposto no inc. IX do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa, “É ato de improbidade administrativa: ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento”.

### 3 - Descrição da Execução Orçamentária/2011

#### 1.1 - Quadro PDG/2011

**QUADRO RESUMO EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG  
 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /2011  
 Execução Orçamentária - janeiro a junho de 2011**

Execução Orçamentária - 2011 (janeiro a junho)	Dec. nº 7.375/10 - PDG/2011 e Outros(*)	COMPROMISSADO até jun/2011	DIFERENÇA	%	Realizado até jun/11	%
	(A)	(B)	(A) - (B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)
<b>DESPESA</b>						
<b>1 DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>260.760.487</b>	<b>194.883.822</b>	<b>65.876.665</b>	<b>75</b>	<b>164.127.240</b>	<b>63</b>
PESSOAL	115.386.146	61.153.591	54.232.555	53	60.810.093	53
MAT. CONSUMO	1.596.434	541.412	1.055.022	34	85.581	5
SERV. TERCEIROS	48.108.860	33.792.481	14.316.379	70	13.330.636	28
UTIL. SERVIÇOS	8.040.000	7.920.798	119.202	99	3.883.757	48
TRIB. ENC. PARAFISCAIS	20.706.433	7.475.424	13.231.009	36	4.317.584	21
JUROS DE FINANC.	654.508	259.598	394.910	40	259.598	40
ALUGUÉIS	1.310.000	918.794	391.206	70	559.088	43
MULTAS E ENCARGOS FINANC	3.000.000	1.078.365	1.921.635	36	1.074.578	36
DIVIDA JUDICIAL TRABALHISTA	21.228.700	9.269.084	11.959.616	44	9.269.084	44
DIVIDA JUDICIAL CIVIL	23.670.347	62.895.262	-39.224.915	266	62.921.449	266
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	17.059.059	9.579.013	7.480.046	56	7.615.792	45
<b>2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>159.441.124</b>	<b>13.050.852</b>	<b>146.390.272</b>	<b>8</b>	<b>1.831.023</b>	<b>1</b>
AMORTIZAÇÃO	1.143.060	493.334	649.726	43	493.334	43
INVESTIMENTOS	158.298.064	12.557.518	145.740.546	8	1.337.689	1
Recursos Proprios	5.802.000	3.214.524	2.587.476	55	729.995	13
Recursos do Tesouro	152.496.064	9.342.994	143.153.070	6	607.694	0
1- Recursos - 2011	80.058.000	0	80.058.000	0	0	0
2- Exerc. Anterior/Restos a Pagar	47.064.170	4.852.652	42.211.518	10	0	0
3 -Saldo Financeiro Exerc. Anteriores	20.894.354	4.490.342	16.404.012	21	607.694	3
4 - Convênio Rodoferroviário (PMRJ)	4.479.540	0	4.479.540	0	0	0
<b>I - TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>420.201.611</b>	<b>207.934.673</b>	<b>212.266.938</b>	<b>49</b>	<b>165.958.263</b>	<b>39</b>

	Dec. nº 7.375/10 - PDG/2011 e Outros(*)	Faturado até jun/11	Diferença	%	Arrec até jun/11	%
		(B)	(A-B)			
<b>RECEITA</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>298.981.469</b>	<b>161.654.056</b>	<b>137.327.413</b>	<b>54</b>	<b>150.387.325</b>	<b>50</b>
<b>1 REC. OPERACIONAL</b>	<b>278.021.875</b>	<b>135.975.016</b>	<b>142.046.859</b>	<b>49</b>	<b>129.943.490</b>	<b>47</b>
<b>2 REC. NÃO OPERAC.</b>	<b>12.776.614</b>	<b>20.022.884</b>	<b>-7.246.270</b>	<b>157</b>	<b>20.443.835</b>	<b>160</b>
Aluguéis	9.214.007	4.234.359	4.979.648	46	0	0
Outras não Operacionais	3.562.607	15.788.525	-12.225.918	443	20.443.835	574
<b>3 RECUPERAÇÃO VENCIMENTOS</b>	<b>8.182.980</b>	<b>5.656.156</b>	<b>2.526.824</b>	<b>69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>						
<b>4 REC. AUM. PATRIMONIO LÍQUIDO</b>	<b>127.122.170</b>	<b>0</b>	<b>127.122.170</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Orçamento Investimentos	127.122.170	0	127.122.170	0	0	0
Custeio	0	0	0	0	0	0
<b>5 VAR CAP GIRO / VAR DISPONÍVEL</b>	<b>-5.902.028</b>	<b>23.623.943</b>	<b>-29.525.971</b>	<b>-400</b>	<b>23.623.943</b>	<b>-400</b>
<b>II -TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>420.201.611</b>	<b>185.277.999</b>	<b>234.923.612</b>	<b>44</b>	<b>174.011.268</b>	<b>41</b>
<b>Variação de Execução [ II (B) - I (C) ]</b>		<b>19.319.736</b>				

(\*) Decreto s/nº, de 28/01/2011; Decreto s/nº, de 10/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.



## 1.2 - Quadro PDG/2011 – Usos e Fontes.

**PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS/PDG**  
**Execução Orçamentária - janeiro a junho de 2011**

R\$1,00

Execução Orçamentária - 2011 (janeiro a junho)									
FONTES				USOS					
	Dec. nº 7.375/10 - PDG/2011 e Outros(*)	Rec. Executada	%		Dec. nº 7.375/10 - PDG/2011 e Outros(*)	Desp Empenhada	%	Desp Executada	%
Faturamento	298.981.469	161.654.056	54,1	Pessoal	115.386.146	61.087.561	36,4	60.810.093	36,9
Adiant Receita	0	0	0,0	Material de Consumo	1.596.434	85.581	0,1	85.581	0,05
<b>Sub</b>	<b>298.981.469</b>	<b>161.654.056</b>	<b>54,1</b>	Serviços Terceiros	48.108.860	13.380.845	8,0	13.330.636	8,1
				Utilidades Serviços	8.040.000	3.883.189	2,3	3.883.757	2,4
				Tributos	20.706.433	7.166.760	4,3	4.317.584	2,6
				Juros da Dívida Externa	654.508	259.598	0,2	259.598	0,2
				Outros Disp Correntes	21.369.059	8.461.057	5,0	9.249.458	5,6
				Dívida Jud. Trabalhista	21.228.700	9.269.084	5,5	9.269.084	5,6
				Dívida Judicial Cível	23.670.347	63.685.827	38,0	62.921.449	38,2
				Sub (1)	260.760.487	167.279.503	99,7	164.127.240	99,7
				Amortização da Dívida	1.143.060	493.334	0,3	493.334	0,3
				Sub (2)	1.143.060	493.334	0,3	493.334	0,3
<b>Total Recursos Próprios</b>	<b>298.981.469</b>	<b>161.654.056</b>	<b>54,1</b>	<b>Total Custeio</b>	<b>261.903.547</b>	<b>167.772.837</b>	<b>100,0</b>	<b>164.620.574</b>	<b>100,0</b>
Rec Tes - Custeio	0	0	0,0	Invest Rec Próprios	5.802.000	729.995	54,6	729.995	54,6
Inv Rec Tes - LOA 2011	127.122.170	0	0,0	Inv Rec Tes - LOA 2011	127.122.170	0	0,0	0	0,0
Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	20.894.354	20.894.354	100,0	Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	20.894.354	607.694	45,4	607.694	45,4
Convênio Rodoferroviário	4.479.540	0	0,0	Convênio Rodoferroviário	4.479.540	0	0,0	0	0,0
<b>Total Recursos Tesouro</b>	<b>152.496.064</b>	<b>20.894.354</b>	<b>13,7</b>	<b>Total Investimentos</b>	<b>158.298.064</b>	<b>1.337.689</b>	<b>100,0</b>	<b>1.337.689</b>	<b>100,0</b>
<b>Var Cap Giro/Disp Inicial</b>	<b>-31.275.922</b>	<b>2.729.589</b>							
<b>Total do Exercício</b>	<b>420.201.611</b>	<b>185.277.999</b>	<b>44,1</b>	<b>Total do Exercício</b>	<b>420.201.611</b>	<b>169.110.526</b>		<b>165.958.263</b>	
<b>(Rec Fatur/Prev Rec%)</b>		<b>44,1%</b>		<b>(Dot Disp/Dot Estimada %)</b>					

(\*) Decreto s/nº, de 28/01/2011; Decreto s/nº, de 10/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.

### **3.1 – RECURSOS**

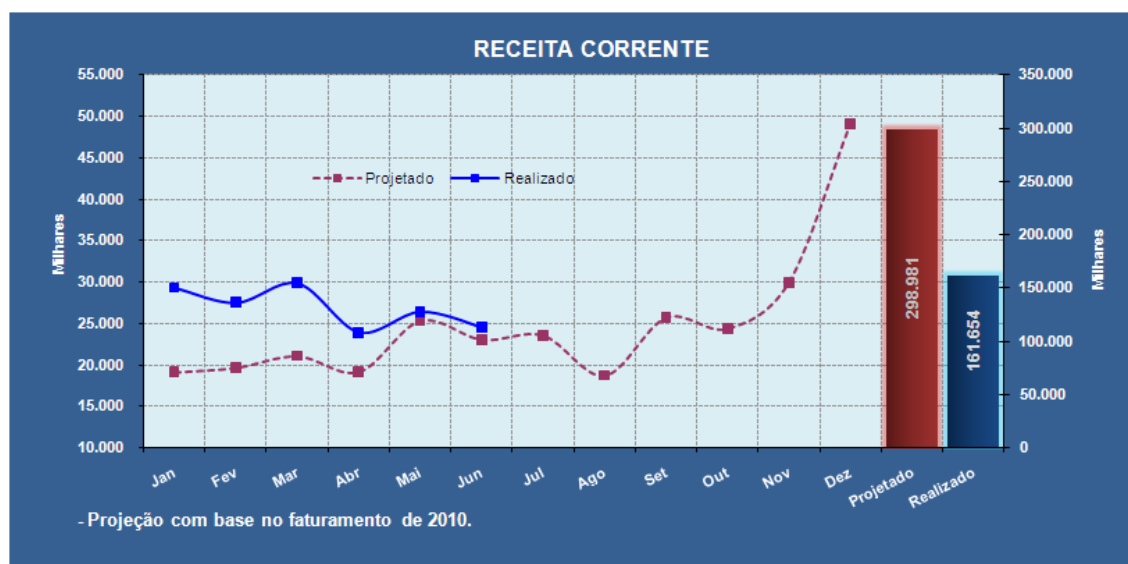
No 1º semestre, os recursos disponíveis alcançaram o montante de R\$ 185,3 milhões, sendo R\$ 161,6 milhões em Receitas Correntes. O Disponível Inicial do Balanço foi de R\$ 23,6 milhões, representado, em sua maior parte, por saldo financeiro de recursos do Tesouro de exercícios anteriores, no valor de R\$ 20,8 milhões.

#### **3.1.1 - Receitas Correntes**

As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 54% da previsão anual, correspondendo a R\$ 161,6 milhões.

As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 49%, 157% e 69% da previsão. (ver gráficos 3 e 4, no anexo III).

O faturamento no período ficou 4% acima do previsto pela média semestral/anual (50%) em decorrência, principalmente, da aplicação de multas em contratos de arrendamento no valor de R\$ 12,5 milhões – registrado no item Outras Não-Operacionais.



## CDRJ

### Faturamento por Contrato – 2011

	<i>Previsão/2011 (IGP-M 4,7)</i>	<i>Total Faturado</i>	<i>% Exec</i>
<b>Sede</b>			
<i>Recuperação de vencimentos</i>	8.182.980,27	5.656.155,74	69,1
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	0,00	0,0
<b>Total SEDE</b>	8.182.980,27	5.656.155,74	69,1
<b>Porto do Rio</b>			
<i>Cais Público</i>	50.375.396,91	27.835.181,31	55,3
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	1.013.025,90	391.969,38	38,7
<i>Multi-Rio (*)</i>	15.009.200,72	17.158.253,93	114,3
<i>Libra Terminal Rio (**)</i>	869.822,64	3.842.870,92	441,8
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	5.338.086,47	2.593.282,44	48,6
<i>Pier Mauá</i>	4.017.834,65	4.190.573,74	104,3
<i>Triunfo (S.Cristóvão)</i>	6.175.526,71	2.999.788,10	48,6
<i>Terminais Privativos</i>	15.625.806,17	8.509.627,62	54,5
<b>Total do SUPRIO</b>	98.424.700,17	67.521.547,44	68,6
<b>Porto de Niterói</b>			
<i>Cais Publico</i>	420.741,67	331.558,92	78,8
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	572.514,75	270.597,41	47,3
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	1.693.989,37	795.719,32	47,0
<b>Total GERNIT</b>	2.687.245,79	1.397.875,65	52,0
<b>Porto de Angra dos Reis</b>			
<i>Cais Público</i>	578.921,08	191.929,95	33,2
<i>Terminal Arrendado-Angraporto</i>	2.850.415,14	1.287.194,96	45,2
<i>Terminais Privativos</i>	0,00	0,00	0,0
<b>Total GERANG</b>	3.429.336,22	1.479.124,91	43,1
<b>Porto de Itaguaí</b>			
<i>Cais Publico</i>	1.992.527,29	2.262.129,32	113,5
<i>Terminais Arrendados</i>	183.935.457,78	83.337.232,73	45,3
<i>CSN</i>	110.170.827,93	46.402.269,03	42,1
<i>Valesul</i>	4.100.044,57	2.032.938,93	49,6
<i>Sepetiba Tecon</i>	1.730.025,84	419.572,82	24,3
<i>CPBS</i>	67.934.559,44	34.482.451,95	50,8
<i>Terminais Privativos</i>	329.161,71	0,00	0,0
<b>Total ITAPOR</b>	186.257.146,78	85.599.362,05	46,0
<b>TOTAL GERAL</b>	298.981.409,23	161.654.065,79	54,1

(\*) Multa aplicada ao contrato nº 10/1998 no valor de R\$ 9,0 milhões.

(\*\*) Multa aplicada ao contrato nº 11/1998 no valor de R\$ 3,5 milhões.

Obs.: ver gráfico 5, no anexo III.

### 3.1.2 - Receitas de Capital.

A Lei 12.381/11 (LOA-11) aprovou R\$ 80,0 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital.

Os Decretos s/nº, de 28/01/2011; Decreto s/nº, de 10/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011; reabriu créditos inscritos em Restos a Pagar relativos a 2010 os quais não foram realizadas, totalizando R\$ 47,0 milhões.

Ao final do 1º semestre os créditos aprovados como Receita de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital somam R\$ 127,1 milhões.

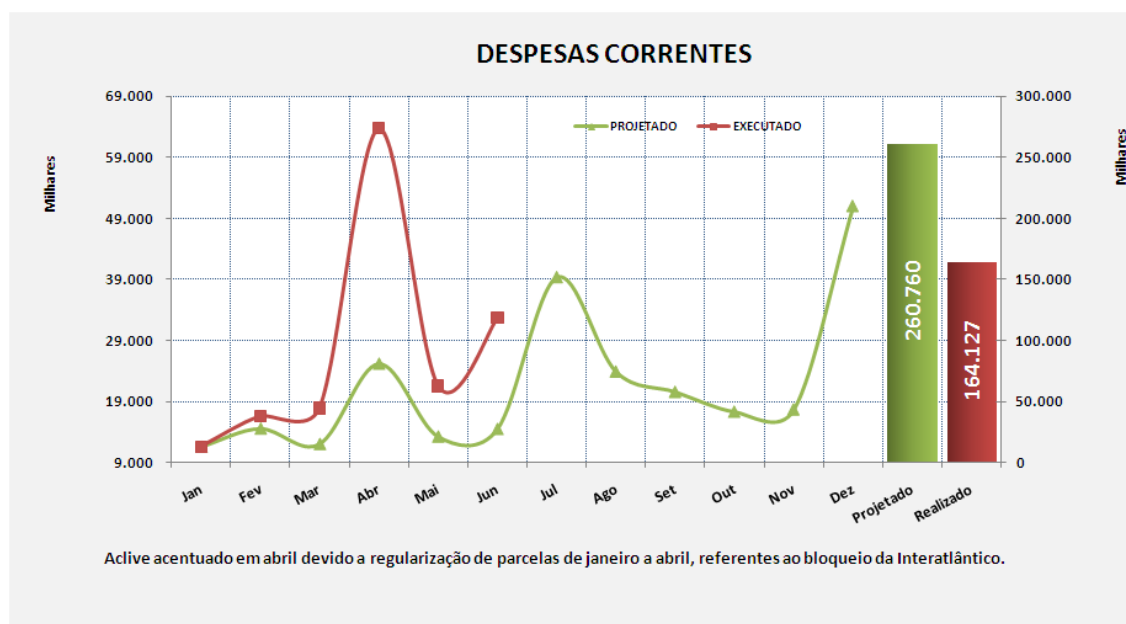
Não houve repasse financeiro no semestre em estudo.

## 3.2 - DISPÊNDIOS

### 3.2.1 - CORRENTES

A execução dos Dispêndios Correntes representou 63% da dotação aprovada de R\$ 260,7 milhões, alcançando R\$ 164,1 milhões.

Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram Pessoal (36,9%) e Dívida Judicial Cível (38,2%), que juntas representaram 75,4% do total realizado.



#### 3.2.1.1 – PESSOAL

Dotação inicial de R\$ 115,4 milhões. Foram executados R\$ 60,8 milhões, correspondendo a 53% do previsto, estando 3% acima da margem de previsão para o período. (ver gráfico 2, no anexo IV). Recebido da DIRARH pedido de suplementação de dotação na ordem de R\$ 26,4 milhões a ser considerada quando da Reprogramação do PDG.

### 3.2.1.2 – MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Executados R\$ 85,6 mil e R\$ 13,3 milhões, respectivamente.

Apresentam baixa execução (5% e 28%) do limite autorizado para o exercício.

Em *Material* foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado.

Em *Serviços de Terceiros* foram executados R\$ 8,0 milhões em Dispendios Indiretos de Pessoal, R\$ 2,0 milhões em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 2,7 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 0,6 milhão nos demais Serv. Terceiros.

### 3.2.1.3 – ENCARGOS DIVERSOS

Dotação de R\$ 95,7 milhões para o grupo, tendo como valores relevantes os diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas, em execução.

Foram executados no período R\$ 89,9 milhões representando 94% da dotação inicial aprovada para este Grupo (vide gráfico 5, no anexo IV).

Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

#### 3.2.1.3.1 – UTILIDADES E SERVIÇOS / TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS / DÍVIDA EXTERNA

**Utilidades e Serviços** – Valores executados totalizando R\$ 3,9 milhões (48% do total aprovado para a rubrica), estando dentro do previsto para o período (50%).

**Tributos e Encargos Parafiscais** – Executados R\$ 4,3 milhões (21%).

Baixa execução em relação à dotação aprovada, devido à mudança da base de cálculo para apuração do PIS/PASEP e COFINS do ITAPOR. Essa mudança diminuiu consideravelmente esses impostos, ocasionando economia nessa despesa.

**Juros da Dívida Externa** – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 0,3 milhões.

#### 3.2.1.3.2 – DÍVIDA JUDICIAL

**Dívida Judicial Trabalhista** – Dotação aprovada de R\$ 21,2 milhões. Tendo uma execução de R\$ 9,3 milhões. A execução dessa rubrica deve-se, principalmente, aos bloqueios em conta corrente.

**Dívida Judicial Cível** – Dotação aprovada de R\$ 23,7 milhões, tendo sido executados R\$ 62,9 milhões (266%). Essa extrapolação de dotação se deu pelos motivos a seguir:

- 1) Regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direto na arrecadação, o qual encontra-se *ainda em vigor, conforme informação prestada pela SUPFIN, embora o valor do Mandado Judicial, determinando o bloqueio junto aos arrendatários até o valor da execução de R\$ 135,7 milhões, já tenha sido cumprido ainda em 2009*. Até o momento a CDRJ não conseguiu a suspensão judicial do referido mandado. Espera-se a sua suspensão no decorrer de 2011. Executados R\$ 42,6 milhões;

- 2) Regularização do processo nº 0102697-82.2009.8.19.0001-19ª VC/RJ de Brooklin Empreendimentos S/A, responsável pelo bloqueio de 20% da receita corrente, direto na arrecadação. Executados R\$ 18,2 milhões;

Obs.: Encontra-se em estudo pela DIREXE a busca por recursos na ordem de R\$ 104,0 milhões que serão necessários para a regularização dos bloqueios judiciais até o final do exercício.

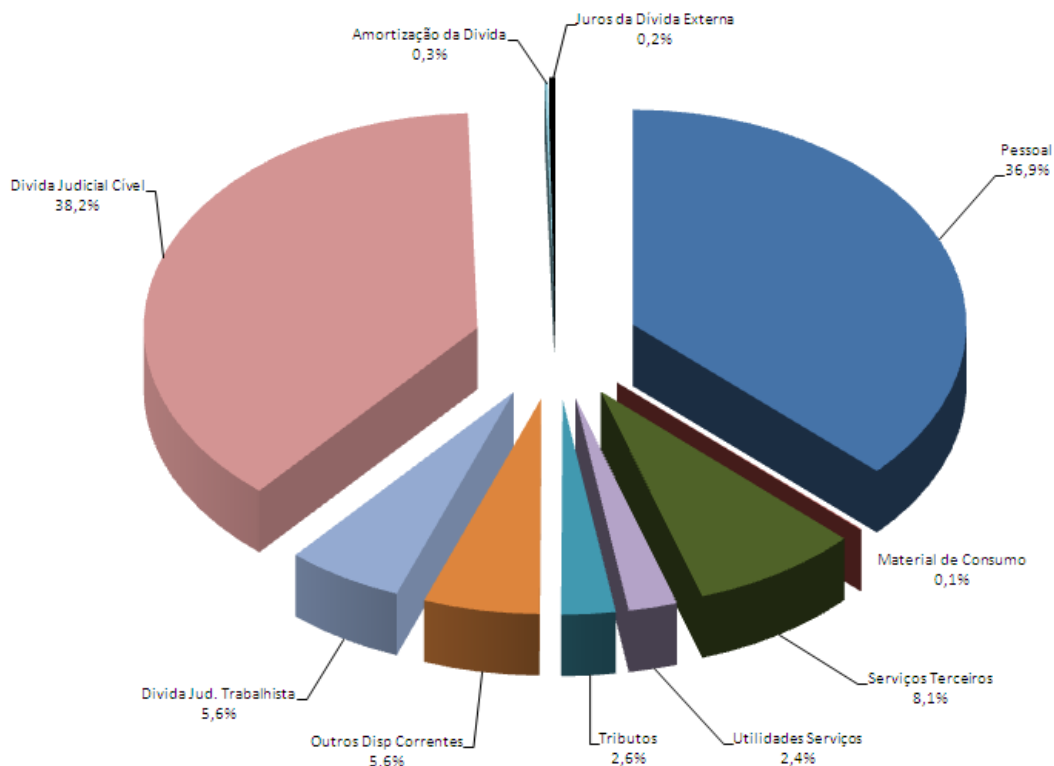
### 3.2.1.3.3 – OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES

**Demais Dispêndios Correntes** – Executados R\$ 7,6 milhões, representando 45% da Dotação Aprovada de R\$ 17,0 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Despesas Legais, Seguros de Bens e de Pessoal e Contratos de Cessão de Crédito.

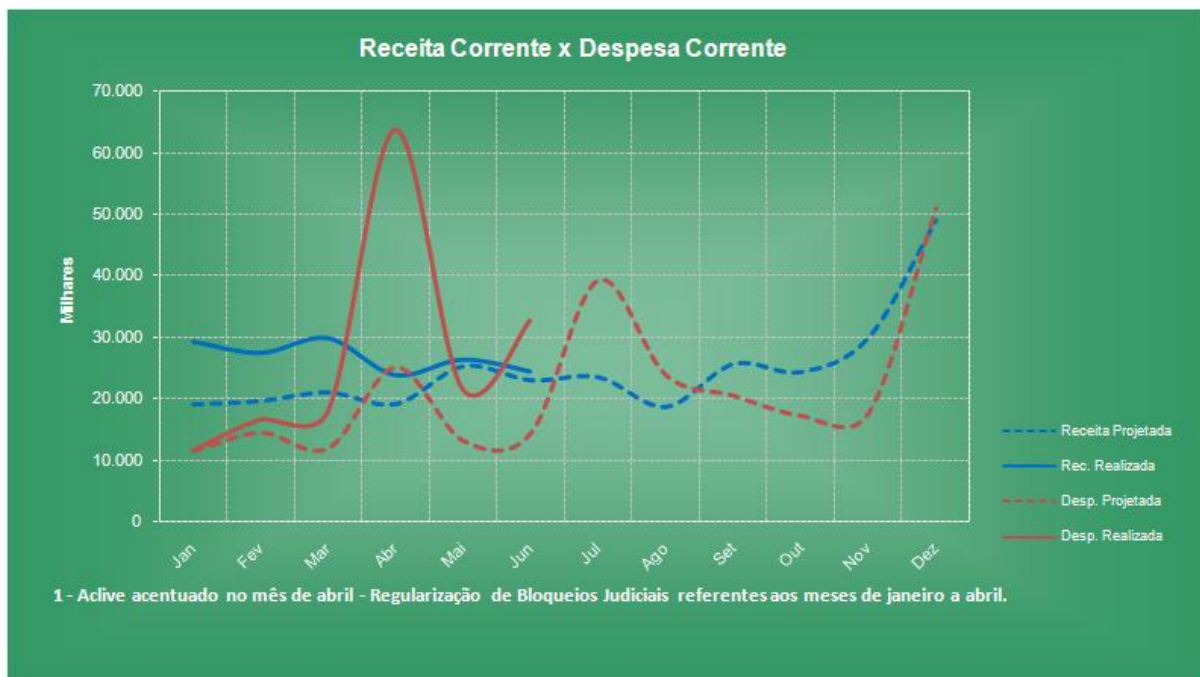
**Aluguéis** – Executados R\$ 559,1 mil (43%). Registrados no exercício, os contratos de característica “continuado”, oriundos do exercício de 2010: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

**Multas e Encargos Financeiros** – Executados R\$ 1,1 milhões. Apresentou uma execução de 36%, estando abaixo do previsto com relação à dotação aprovada de R\$ 3,0 milhões.

#### Representação % dos Dispêndios de Custeio Executados



Item	Composição
<b>Pessoal</b>	Fl pagto, encargos sociais.
<b>Material de Consumo</b>	Material para estoque almoxarifado
<b>Serviços. Terceiros</b>	Encargos indiretos c/ Pessoal, serv manutenção, assessoria e consultoria, propaganda e publicidade.
<b>Utilidades e Serviços</b>	Energia, telefone, água e esgoto, correios.
<b>Tributos</b>	Pasep, IPTU, Foro, Cofins, Licença Ambiental, IPVA, Sal. Educação.
<b>Juros Dívida Externa</b>	Juros ref. Financ Externo (Serv. Dívida União).
<b>Multas</b>	Multas de IPTU, Pis, COFINS, IR, ISS, multas relativas parcelam débito tributário e outras.
<b>Dívida. Trabalhista</b>	Depósitos, acordos e bloqueios da Justiça Trabalhista.
<b>Dívida. Cível</b>	Bloqueios e acordos da Justiça Cível, Dívida Ativa, Indenizações e Restituições.
<b>Outros Disp. Correntes</b>	Cessão de Créditos, Despesas Miúdas, Seguros de Bens e Pessoal, Despesas Legais e Judiciais, , Aluguéis de Viaturas, de Imóveis, de Radio e telefonia, de Sist Seg da Sede, de Máq. Copiadoras e de Embarcações.
<b>Amortização da Dívida</b>	Pagamento do principal do financiamento externo.





### 1.3 - Quadro PDG/2011 – Execução por Diretoria e Centro de Custo

<b>PDG/2011 - Dispendios Correntes (desempenho por diretoria)</b>				
<b>Diretoria</b>		<b>Aprovado</b>	<b>Executado</b>	<b>%</b>
<b>DIRARH</b>	<b>SUPADM</b>	5.424.280,00	2.876.336,67	53,0%
	<b>SUPREC</b>	136.524.184,00	69.714.903,56	51,1%
	<b>SUPINF</b>	17.017.500,00	5.797.532,84	34,1%
	<b>SUPFIN</b>	65.563.150,89	78.433.049,50	119,6%
<b>Total</b>		<b>224.529.114,89</b>	<b>156.821.822,57</b>	<b>69,8%</b>
<b>DIRPRE</b>	<b>ASSCOM</b>	804.350,00	310.353,79	38,6%
	<b>GABPRE</b>	169.010,00	64.730,24	38,3%
	<b>SUPAUD</b>	7.000,00	-	0,0%
	<b>SUPGUA</b>	224.285,00	-	0,0%
	<b>SUPJUR</b>	15.123.404,11	3.676.651,36	24,3%
	<b>SUPMAM</b>	2.705.225,00	315.298,22	11,7%
<b>Total</b>		<b>19.033.274,11</b>	<b>4.367.033,61</b>	<b>22,9%</b>
<b>DIRPLA</b>	<b>SUPLAN</b>	1.190.816,57	3.097,81	0,3%
	<b>SUPCOM</b>	3.874.803,43	63.805,79	1,6%
	<b>SUPDEP</b>	12.000,00	253,00	2,1%
<b>Total</b>		<b>5.077.620,00</b>	<b>67.156,60</b>	<b>1,3%</b>
<b>DIRGES</b>	<b>SUPENG</b>	12.120.478,00	2.871.227,35	23,7%
<b>Total</b>		<b>12.120.478,00</b>	<b>2.871.227,35</b>	<b>23,7%</b>
<b>Consolidado</b>		<b>260.760.487,00</b>	<b>164.127.240,13</b>	<b>62,9%</b>

#### *Analise do Desempenho por Diretoria - Pontos relevantes na execução.*

##### **DIRARH – 69,8%**

**SUPADM** – Dentro do previsto conforme dotação aprovada.

**SUPREC** – Acima do previsto conforme dotação aprovada, em especial no Grupo de Pessoal.

**SUPINF** – Abaixo do previsto para o período, conforme dotação aprovada.

**SUPFIN** – Extrapolação devida aos bloqueios judiciais da Interatlântico e Brooklin que juntos retem 60% da receita direto nos arrendatários e não estão previstos no PDG.

##### **DIRPRE – 22,9%**

**ASSCOM** – Dentro do previsto conforme dotação aprovada.

**GABPRE** – Dentro do previsto conforme dotação aprovada.



**SUPAUD** – Os recursos autorizados para aquisição de assinaturas, não foram aplicados pelo gestor.

**SUPGUA** – Os recursos autorizados para a área não foram aplicados pelo gestor.

**SUPJUR** – Abaixo do previsto para o período, ocasionado, principalmente, pela baixa execução dos processos trabalhistas.

**SUPMAM** – Baixa execução dos recursos autorizados. Não foi iniciada a contratação dos serviços de “Elaboração do Plano Emergencial”, “Elaboração PGRS”, “Elaboração do Sistema de Informações Ambientais” e “Auditoria Ambiental”.

**DIRPLA** – 1,3%

**SUPLAN** – Baixa execução dos recursos autorizados devido à suspensão da contratação do Plano Diretor/Planejamento Estratégico.

**SUPCOM** – Os recursos autorizados para serviços de assessoria e consultoria técnica solicitados pela área não foram compromissados para novas contratações.

**SUPDEP** – Baixa execução dos recursos autorizados devido à suspensão da gestão do fundo fixo.

**DIRGES** – 23,7%

**SUPENG** – Não foram aplicados os recursos autorizados para aquisição de materiais diversos. Baixa execução nas contas relativas a Serviços de Terceiros, exceto na conta de assessoria técnica. As contratações relativas à Manutenção de Bens Móveis e Conservação de Bens Imóveis estão em andamento.

(Detalhamento completo no ANEXO I)

### **3.2.2 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS**

#### **3.2.2.1 – Créditos para Investimentos**

<b>Base Legal</b>	<b>Suplementação</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Total Aprovado</b>
Decreto s/nº, de 28/01/2011	R\$ 31.000.000	R\$ 0	R\$ 31.000.000
Lei nº 12.381, de 09/02/2011 (LOA/2011)	R\$ 124.148.499	R\$ 0	R\$ 124.148.499
Portaria nº 124, de 01/06/2011	R\$ 12.914.605	(R\$ 12.914.605)	R\$ 0
Decreto s/nº, de 24/06/2011	R\$ 3.149.565	R\$ 0	R\$ 3.149.565
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 171.212.669,00</b>	<b>-R\$ 12.914.605,00</b>	<b>R\$ 158.298.064,00</b>

Fixado, pela Lei 12.381 de 09 de fevereiro de 2011 (LOA-11), para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 124,1 milhões, sendo R\$ 118,3 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 5,8 milhões com recursos próprios.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.381/10 (LOA-11) em 23/02/2010.

Os Decretos s/nº, de 28/01/2011 e 24/06/2011, reabriram créditos inscritos em Restos a Pagar referentes ao exercício de 2010 no total de R\$ 34,1 milhões.

Apresentou execução de R\$ 1,3 milhões (1%). Baixa execução ocasionada pelos seguintes fatos:

- 1) Os processos de investimentos de maior relevância relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2 e PAC da Copa), permanecem nas fases de estudo de viabilidade técnica e ambiental e de licitação;
- 2) Outros processos aguardando a liberação dos recursos aprovados na LOA/2011 para início da execução.

(Anexo II, detalhamento do Orçamento de Investimentos)